



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004415-33.2018.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **Rogério Sartori**  
Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que a ré suspendeu o fornecimento de energia elétrica em imóvel que ocupa por inadimplência de faturas e que de imediato as quitou.

Alegou ainda que a ré demorou mais de setenta e duas horas para proceder à religação da energia, de sorte que almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

O exame dos autos denota que é incontroversa a interrupção no fornecimento de energia elétrica ao imóvel em apreço e que tal sucedeu porque havia três faturas a cargo do autor em aberto.

Essa interrupção deu-se em 04/05/2018 e o autor no mesmo dia diligenciou o pagamento das faturas, o que ocorreu entre 09h:43min e 09h:44min (fls. 14, 16 e 18).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

Não se discute, outrossim, que o restabelecimento da energia no local foi implementado no dia 07/05, às 14h:50min.

A ré sustenta que o prazo de vinte e quatro horas de que dispunha para efetuar o religue (art. 176, inc. I, da Resolução ANEEL 414/2010) apenas se iniciou no dia 07, observando textualmente:

*"Considerando que o autor quitou as faturas em atraso no dia 04/05/2018, em uma sexta-feira, conforme comprovantes de fl. 14, 16 e 18, **tudo indica que referida quitação ingressou no sistema da Concessionária no dia 07/05/2018 na segunda-feira, que foi o primeiro dia útil subsequente.** **Se no dia 07/05/2018 foi baixado o pagamento, A PARRIR DO DIA 07/05/2018 É QUE SE CONTA 24 (vinte e quatro) HORAS PARA EXECUÇÃO DO RESTABELECIMENTO DA ENERGIA, ou seja, data em que o sistema identificou o pagamento**" (fl. 29 - negritos e grifos originais).*

Preservado o respeito que tributo aos zelosos Procuradores da ré, o argumento expendido não pode ser aceito.

De início, não há prova material de que a quitação concretizada pelo autor ingressou no sistema da ré em 07/05, tendo que ela própria consignou que isso ocorreu "*ao que tudo indica*".

Como se não bastasse, a ré já no dia 04 de maio tinha ciência dos pagamentos encetados pelo autor e a maior evidência disso consiste na emissão de nota de religação da instalação nessa data.

É o que se vê na segunda parte da resposta à indagação nº 4 de fl. 53, a qual inclusive dá conta de que a nota foi encerrada pela equipe de campo em 07/05.

Converge para a mesma ideia o quadro apresentado pela ré a fl. 57 a propósito das reclamações do autor sobre a matéria.

É possível verificar que no dia 04/05 houve a primeira reclamação dessa natureza, com orientação para que ele aguardasse o prazo de atendimento de vinte e quatro horas.

Outras cinco sucederam até 07/05, repetindo-se a mesma orientação nas quatro últimas.

A conjugação desses elementos permite concluir com segurança que a ré já tinha conhecimento da quitação das faturas em 04/05, dia em que emitiu nota para o religue, não se sabendo por qual razão ele foi implementado apenas em 07/05.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

Tal contexto patenteia a falha atribuída à ré.

Resta então definir se em razão disso o autor experimentou danos morais e a resposta à proposição é positiva.

A relevância que a energia elétrica assumiu nos dias que correm é tamanha que dispensa considerações a demonstrá-la.

O autor bem por isso sofreu abalo de vulto ao ficar privado desse serviço por razoável espaço de tempo, o que extravasou em larga escala os meros dissabores próprios da vida cotidiana.

É o que basta para a configuração dos danos morais passíveis de reparação.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se manifestou reiteradamente perfilhando esse entendimento:

*“INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Suspensão regular do serviço de fornecimento de energia elétrica. Demora para a religação dos serviços após o pagamento do débito, em prazo superior ao determinado no art. 176, I da Res. 414/10 da ANEEL, bem como fora do horário de expediente, disposto no art. 172, §5º, da mencionada Resolução. Falha da prestação dos serviços da ré configurada. Dano moral caracterizado, diante da privação injustificada do serviço essencial, por dois dias, após o pagamento. Majoração do valor da indenização inicialmente fixado em R\$2.000,00 para R\$5.000,00 e não como pretendido pelo autor. Sentença parcialmente reformada. RECURSO DA RÉ DESPROVIDO E RECURSO DO AUTOR PROVIDO EM PARTE.”* (Apelação nº 1025907-30.2017.8.26.0562, 17ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **AFONSO BRÁZ**, j. 06/06/2018).

*“AÇÃO INDENIZATÓRIA. Energia elétrica. Inadimplemento incontroverso. Corte no fornecimento. Pagamento das faturas em aberto. Demora na religação, extrapolando o prazo de 24h (art. 176, I, Res. 414/2010 da ANEEL). Dano moral configurado. Caracterizado o dever de indenizar, ante a privação de serviço essencial, em patente infringência das normas incidentes. Valor do dano moral compatível com o caso em concreto, não merecendo qualquer modificação, tendo atendido aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade face as peculiaridades do caso. Sentença mantida. Recursos não providos.”* (Apelação nº 1010601-76.2017.8.26.0576, 13ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **HERALDO DE OLIVEIRA**, DJ 13/09/2017).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

*“AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ENERGIA ELÉTRICA. Interrupção. Hipótese em que os Autores quitam o débito e solicitam o restabelecimento dos serviços. Demora injustificada na religação da energia elétrica. Responsabilidade da Ré configurada. Falha na prestação dos serviços. Caracterização dos danos morais. Honra e imagem atingidas em virtude da morosidade no restabelecimento de serviço essencial. Majoração do montante indenizatório de R\$ 500,00 para R\$ 5.000,00. Pleito de aplicação da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. Descabimento. Juros moratórios da citação. Responsabilidade contratual. Alteração dos honorários advocatícios para 20% do valor da condenação. Cabimento - Sentença parcialmente reformada Recurso provido, em parte.” (19ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. MÁRIO DE OLIVEIRA, DJ, 05/02/2018).*

Essas orientações aplicam-se com justeza à espécie vertente, impondo prosperar a postulação vestibular.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado (**aí incluída a desídia do autor que deixou três faturas em aberto para somente após a conduta da ré prontamente quitá-as**), de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 26 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**